



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº

/2010

Solicita informações ao Ministério de Minas e Energia (MME) sobre o fato de subsídios a usinas poluentes afetarem o valor das contas de luz dos usuários brasileiros.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Sr. Márcio Pereira Zimmermann, Ministro de Estado de Minas e Energia, o seguinte pedido de informações:

- 1) Por que as termelétricas situadas na Amazônia, receberão até R\$ 6 bilhões de ajuda sendo que geram energia mais cara e são mais poluentes?
- 2) Por que os tributos, na média nacional, já ultrapassam 45% da conta de luz do consumidor final de energia?
- 3) Quais são os índices de investimento em energias limpas, como por exemplo eólica e solar, naquela região? Quais foram/são os valores investidos (R\$) neste tipo de energia? Qual é a quantidade de equipamentos e quantidade de Megawatts (MW) gerados?

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Presidente, esta Comissão aprovou por unanimidade, em reunião deliberativa do dia 26/05/2010, requerimento nº 337/2010, de autoria do Deputado Ricardo Tripoli, solicitando o envio de pedido dessas informações ao Ministério de Minas e Energia sobre o fato de subsídios a usinas poluentes afetarem o valor das contas de luz dos usuários brasileiros, com a seguinte justificação:

“Em reportagem publicada em 25 de maio de 2010, pelo jornal *Folha de S. Paulo*, aponta que o usuário irá pagar pelo menos R\$ 6 bilhões além do previsto nos próximos quatro anos para bancar a operação de térmicas poluentes, movidas a óleo, na Amazônia. A matéria jornalística informa que somente para este ano a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) calcula em R\$ 4,7 bilhões o valor do subsídio, praticamente o dobro da previsão do ano passado, de R\$ 2,4 bilhões. Soa inadmissível que tal displicência prejudique o consumidor brasileiro de energia!



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O encargo, chamado de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), é repassado às tarifas e já teve peso relevante nos reajustes realizados neste ano. Os clientes teriam uma redução média de 5,15% nas contas de energia se não houvesse a necessidade de custear as termelétricas, em vez da queda de 1,76% registrada nos preços.

Numa rápida análise, pode-se afirmar que o peso deste encargo foi, no mínimo, significativo. A CCC existe para que aquelas regiões remotas do país tenham acesso à luz elétrica. Essas regiões respondem por apenas 3% do mercado em volume, mas abrangem 45% do território nacional.

Em dezembro de 2009, a aprovação da medida provisória 466 (transformada na lei 12.111), elevou o valor desta conta em pelo menos mais R\$ 6 bilhões até 2013, segundo a Abrage. Essa nova lei alterou a lógica da CCC, que passou a esconder várias distorções a serem assumidas pelo consumidor. A CCC será elevada em 2010, de R\$ 2,4 bilhões para R\$ 4,6 bilhões, segundo a consultoria PSR. Até 2013, o aumento total será de R\$ 8,7 bilhões, ou 70% dos R\$ 12,3 bilhões investidos em 2009 com o Bolsa Família.

É preocupante a baixa transparência com que o tema foi tratado! O maior problema é que o consumidor vem pagando a conta. Informações da Consultoria *PricewaterhouseCoopers* indicam que os tributos já ultrapassam 45% da conta de luz, na média nacional.

Na contramão da história, o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), defendeu aumento do número de usinas termelétricas na matriz brasileira. A participação dessas usinas nos leilões de energia é uma incoerência pois são mais caras e poluentes. Neste sentido, faz-se necessário esclarecimentos acerca dessa temática.”

Atenciosamente,

Deputado **JORGE KHOURY**
Presidente